

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elísios, CEP 01202-900, São Paulo, SP

Presidente: LUIZ FARIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FARIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MEINHES E JUDITH BRITO

Editora executiva: ELIZABETH DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGERIO CIZAR DE CARVALHO LEITE, MARCELO COELHO, JAMIRO DE FREITAS, GILBERTO DRUMONDY, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CÉSIO PRINYO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MEINHES, LUIZ FARIAS E OTAVIO FARIAS FILHO (secretário)

Diretoria executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comércio), ADALBERTO FERNANDES (indústria/tecnologia), MURILLO BOUSAI (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (finanças) e LUIZ FELIPE LONGO JUNIOR (planejamento)

Editoriais

editoriais@uol.com.br

O ano político

Paralisia decisória, clima de acomodação e descrédito alteraram, em 2009, o equilíbrio dos Poderes republicanos

O CÍRCULO vicioso do escândalo, do esquecimento e da impunidade marcou, sem que haja nisso maior ineditismo, o ano político de 2009.

Dos abusos cometidos pelos deputados federais nos gastos das verbas indenizatórias aos vídeos protagonizados pelo governador José Roberto Arruda (DEM-DF) e seus apoiadores, passando pela série de denúncias envolvendo o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), acumularam-se casos que, se tomados individualmente, poderiam por si só derrubar do poder seus protagonistas. Todos restaram incólumes, entretanto.

Sente-se, é claro, que estas linhas poderiam ter sido idênticas em qualquer ano do passado recente. O que se consolidou em 2009 foi a percepção de que uma verdadeira tecnologia de malversação dos recursos públicos ramificou-se por todos os níveis administrativos do país e pelo conjunto das agremiações partidárias, não importando a ideologia que professam.

Resultado disso uma espécie de "neutralização" do potencial político de qualquer escândalo — de que se sintoma, talvez, os últimos números da pesquisa Datafolha sobre o desempenho dos parlamentares. A reprovação é intensa (40% dos eleitores brasileiros consideram "ruim" ou "péssima" a atuação de seus representantes no Congresso), mas não difere demasiado da re-

gistrada dois anos atrás, quando chegou a 45%.

Todavia, não é apenas devido à rotinização dos escândalos que a vida política em 2009, ao menos em seu sentido institucional mais estrito, estagnou-se de modo desalentador.

Ainda que se contabilize, em comparação com anos anteriores, um relativo crescimento no número de projetos de lei de iniciativa do Congresso, foi baixa a sua capacidade de responder às demandas da sociedade.

O mundo das decisões políticas, entretanto, não se paralisa — e é assim que as decisões tomadas pelo Judiciário ganharam relevância talvez inédita no país, mostrando-se por vezes mais polêmicas e dramáticas do que as do sistema partidário e político tradicional.

Do destino de governadores eleitos às reservas indígenas de Roraima, recaíram sobre os ministros do Supremo deliberações complexas, às quais se entregaram com envolvimento e mesmo passionalidade exacerbada.

Em qualquer país, uma corte constitucional está naturalmente dedicada a resolver dilemas de extrema relevância. Mas o equilíbrio dos Poderes pendeu de tal forma para o Judiciário, que sem dúvida se empolou — como no caso inaceitável da manutenção da censura à imprensa — o império arbitral dos membros do Supremo, com seu cortejo de contradições e vaidades demasiado humanas.

É como se, em 2009, a política se tivesse conseguido sobreviver à erosão institucional projetando-se em arenas não ainda tomadas pelo descrédito. Continuou a fazer-se, mas deslocada do seu centro parlamentar. E, mais do que nunca, ao arripio da opinião pública.

Confronto vão

FOI ACERTADA a atitude do ministro da Justiça, Tarso Genro, ao declarar que "não há nenhuma controvérsia insalvável" em torno do texto do Programa Nacional de Direitos Humanos e da chamada "Comissão da Verdade", destinada a apurar os casos de tortura e de desaparecimento de presos políticos durante o regime militar.

É legítima qualquer investigação histórica sobre esse período, durante o qual crimes foram cometidos pelos dois lados em conflito. Ao mesmo tempo, a Lei da Anistia afastou definitivamente, em benefício de uma transição democrática bem-sucedida, as tentativas eventuais de reabrir feridas do passado.

Exatamente nesse sentido — o de que o pacto pela democracia não sofre real contestação — é que cabe classificar como superáveis os pontos do documento que colocou, nestes dias, os ministros Nelson Jobim, da Defesa, e Paulo Vannuchi, dos Direitos

Humanos, em rota de colisão.

Sem dúvida, o Programa de Direitos Humanos contém diretrizes que contestam o espírito da Lei da Anistia — e não há nenhuma vantagem para a democracia em atizar ressentimentos que subsistem em frações residuais da opinião pública.

Do mesmo modo, não se aceita que membros do estamento militar se aventurem em atitudes de contestação à ordem democrática, ou de elogio impróprio aos atos autoritários do regime de 1964. De outra ordem, puramente política, são as suscetibilidades corporativas e reações emocionais que a memória do período ainda desperta.

Estas, por mais difícil que seja a alguns setores, podem e devem ser superadas, como aliás tem ocorrido, com poucas exceções, ao longo das últimas décadas. O passado, com certeza, não deve ser esquecido — mas que não seja entrave e fonte de perturbação para o presente.



CLÓVIS ROSSI

Votos para 2010, talvez inúteis

SÃO PAULO - Os votos para 2010, obviamente pensando em um ano eleitoral, nem são meus mas de Delfim Netto, em recente artigo para esta **Folha**. Delfim leva a vantagem de ter sido um ícone da direita durante seus tempos de czar da economia na ditadura, agora transformado em conselheiro de um presidente originalmente de esquerda, embora adormado à direita desde que chegou ao poder.

Eserveu Delfim: "A eleição de 2010 não pode se fazer em torno das pobres alternativas de, ou voltar ao passado, ou dar continuidade a Lula. A discussão precisa incorporar os horizontes do século 21 e a superação dos problemas que certamente restarão do seu governo".

Um dos problemas, no varejo, foi capturado por João Carlos Magalhães, o enviado da **Folha** ao Suriname. Uma legítima filha do Brasil, ela também uma Silva, de nome Maria Raimunda, escapou do conflito com os locais e reclamou que, "no Brasil só querem saber de quem tem instigação (...) Aqui, tiro

até R\$ 2.000 [por mês]. Lá [no Brasil], não era nem metade".

Não é mais aceitável que muitos Silvas da oitava potência do mundo continuem preferindo todos os perigos da clandestinidade, em um ponto perdido do fim do mundo, ao seu próprio país.

No atacadado, tampouco é aceitável que a oitava potência do mundo, mesmo após o mais longo ciclo de crescimento de sua história recente, continue no 75º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano.

Para não falar do 75º lugar também no índice de percepção de corrupção, o que não pode ser mera coincidência, ou nos vergonhosos resultados dos estudantes brasileiros em todas as medições comparativas internacionais.

Para os que não se conformam com tudo isso, votos de um 2010 que traga o Brasil ao século 21.

Aos que se conformam — e parecem ser maioria —, votos de um pouco mais de ambição.

crossi@uol.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

Não viu, não leu, mas assinou

BRASÍLIA - Lula faz na crise com as Forças Armadas o que fez no caos aéreo: empurra com a barriga. Sem condições de decidir entre Jobim e os militares, de um lado, e Dilma, Tarso Genro e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos), de outro, ele simplesmente não decide. Foi para a Bahia e deixou a confusão no ar, até os ventos do novo ano.

Depois de lançar o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, com ex-militantes de esquerda emocionados e Dilma chorando, Lula não tem ambiente político para revogar trechos do texto, como exigem Jobim e militares.

Eles reclamam que são parte diretamente interessada e que todas as suas sugestões foram ignoradas, produzindo um texto "desequilibrado" — que cobra todas as responsabilidades da área militar da ditadura e nenhuma dos seus opositores, entre eles os próprios Dilma, Tarso e Vannuchi. Como se a guerra continuasse, mas com um lado só armado. E não é o lado militar.

Cobrado por Jobim, Lula disse o

de sempre: assinou o decreto, mas não viu, não leu e não sabia de nada. Andava muito ocupado com Cope-nhague. Mas, como é contra revanchismo, tomaria uma atitude.

Lula disse e Jobim reproduziu para os comandantes de Exército, Marinha e Aeronáutica, que entenderam como uma decisão de mudar o texto. Entenderam errado. Lula não vai revogar uma vírgula, só pretende esvaziar os tópicos críticos na implementação do plano.

O seguro morreu de velho, e um oficial adverte que "intensões são intensões, e o que vale é o que está escrito". Ou seja, o plano.

O risco é que, na hipótese de vitória de Dilma em 2010, em vez de negociarem com Lula e tendo o marechal Jobim como ministro, os militares vão ter que engolir a "ex-guerilha" (como dizem), tendo um petista qualquer na Defesa.

Lula viajou, mas a crise continua. No mínimo, a crise de desconflância de lado a lado, com Jobim louco para jogar o quepe e tirar a farda.

elianec@uol.com.br

CARLOS HEITOR CONY

Nostalgia da verdade

RIO DE JANEIRO - Pequena (ainda) crise no setor militar neste final de ano. O governo deseja implantar um necessário Plano Nacional dos Direitos Humanos, que cria uma "Comissão da Verdade" para apurar torturas, mortes e desaparecimentos durante a ditadura militar, que durou 21 anos, de 1964 a 1985.

Dois comandantes, o do Exército e o da Aeronáutica, ameaçam se demitir caso o presidente da República não revogue alguns trechos do referido plano considerados revanchistas pelos chefes militares.

A Comissão da Verdade pretende apurar o que até agora não foi suficientemente apurado: o gênero e o grau da repressão militar durante os anos de chumbo. Muito já se apurou, mas não integralmente. Neste particular, o plano pode colocar realmente um ponto final na pesquisa macabra que vem sendo feita espasmodicamente, e sempre de forma incompleta.

O nó da questão, ao que parece, é a retirada do nome de algumas autoridades do regime que batizaram pontes, prédios, estradas e obras públicas, como a ponte Rio-Niterói, outra ponte em Brasília e, espalhados pelo país, centenas de homenagens com o nome de civis e militares que se destacaram na repressão.

Bem, pelo menos aqui no Rio, ninguém se refere à ponte Rio-Niterói como a ponte marechal ou general isso ou aquilo. É simplesmente a ponte Rio-Niterói — e basta.

Evidente que é necessário apurar a verdade, apesar dos 24 anos passados. É uma lição para o futuro. O golpe de 64 não foi apenas de militares, que seriam os executivos da força. Muitos civis foram os inspiradores que cobravam das casernas um golpe de Estado contra o governador João Goulart.

Pelo que parece, há uma certa nostalgia do desastre: grupos interessado em manter acesa a eterna luta do bem contra o mal.

KENNETH MAXWELL

A década

EM SUA REVISÃO sobre a década da que se está encerrando, o jornal "Financial Times", nesta semana, incluiu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua lista de 50 "líderes mundiais mais influentes". O jornal também apontou o ex-presidente norte-americano George W. Bush para sua lista de vilões, que ele compartilha com o seu maior rival, o arisco arquiteto Osama bin Laden.

Acompanhado de líderes empresariais inovadores como Jeff Bezos, da Amazon.com, e Larry Page e Sergey Brin, do Google, Lula foi escolhido, de acordo com o "Financial Times", porque é "o líder mais popular" na história do Brasil e devido ao seu "charme e capacidade política... bem como pela baixa inflação e pelos programas eficientes de transferência de renda aos mais pobres". Muita gente agora antecipa que o Brasil pode vir a se tornar a quinta maior economia mundial em 2020, o que resultaria em mudança duradoura na ordem internacional.

Lula é indubitavelmente o novo "astro" internacional do momento. Tanto o diário parisiense "Le Monde" como o jornal espanhol "El País" o escolheram como "homem do ano". Com a aproximação da eleição presidencial no Brasil, no ano que vem, para a escolha do sucessor de Lula pelo povo brasileiro, vale a pena parar por um momento para avaliar o significado dessa euforia e questionar se ela é ou não justificada.

Isso, evidentemente, muito a dizer em favor de Lula. O Brasil emergiu fortalecido da atual crise econômica mundial. A economia do país se diversificou, e o Brasil desenvolveu lucrativos relacionamentos internacionais, especialmente com a China. Hoje, 14 das 100 maiores multinacionais emergentes são brasileiras, e grandes empresas, como a Brazil Foods, a JBS-Friboi, a Gerdau e CNS, a Vale, a Odchbrecht e a Camargo Corrêa, são capazes de concorrer com força nos mercados internacionais. Em 2010, a expectativa é que o crescimento chegue a 5%.

Restam obstáculos, evidentemente, e eles são bem conhecidos dos brasileiros. O sistema político e judicial é disfuncional, de muitas maneiras. Os desequilíbrios em termos de interesses e de influência política regional são bem conhecidos, mas difíceis de mudar. Muitos dos integrantes da classe política são venais. A popularidade de Lula pode ou não ser transferível, e só o tempo dirá.

Mas, em termos gerais, o Brasil está prestes a encerrar a primeira década do século 21 em posição muito forte, tanto no âmbito doméstico como no internacional. Boa parte do crédito por essa realização deve ser atribuído ao bom humor, à astúcia política e às escolhas políticas muito cuidadosas do presidente brasileiro.

KENNETH MAXWELL escreve sob os pseudônimos

nesta coluna.

Tradução de PAULOMIGUELICI

FRASES

BESTA
Antes, a gente perdia eleições porque o PT era metido a besta, não fazia aliança política, queria sair sozinho

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
em discurso em São Bernardo do Campo, cidade onde o prefeito é do PT (Lula: Marinho) e o vice (o músico Frank Aguiar) é do PTB, ontem na Folha.

MEMORÁVEL
Foi um desempenho memorável e fantástico. Enquanto o sistema bancário estava em retração e seletividade, ajudamos a expandir o crédito

LUCIANO COUTINHO
presidente do BNDEx, que liberou R\$137,2 bilhões em financiamentos e compra de ações de empresas em 2009, um volume recorde, ontem na Folha.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.